

Maconha e preconceito: representações sociais de uma droga

João Victor Pacifico

Damasceno Rocha¹

¹Estudante de graduação em Letras - Português Bacharelado, Ago/2011 a Dez/2015. UnB - Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF. CEP 70910-900. Email: joavictorpd@gmail.com. Telefone: (61) 8141-6348
Orientadora: Isabela Lara Oliveira

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a construção do preconceito acerca da maconha e seus usuários no Brasil, e como isso se reflete atualmente na imprensa. Os marcos teóricos são a Teoria das Representações Sociais e o conceito psicossocial de atitude, além dos conceitos de cultura, conforme Geertz, e de constituição social de significados, segundo Berger & Luckman. Procedeu-se análise qualiquantitativa dos textos do jornal Folha de S. Paulo que continham a palavra maconha, utilizando-se o *software* Alceste. A análise do discurso evidenciou diferentes significados atribuídos à maconha, mas ela continua sendo associada com as camadas mais pobres da população.

PALAVRAS-CHAVE: *Cannabis*, Maconha. Representações Sociais. Mídia. Preconceito

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of prejudice over marijuana and its user in Brazil and how it is reproduced in press nowadays. The theoretical basis are the Social Representations Theory, the psychosocial concept of attitude, as well as the concepts of culture, as developed by Geertz and of social construction of meaning, as proposed by Berger & Luckman. It was made a qualiquantitative analysis of all texts from the newspaper Folha de S. Paulo which contained the word *maconha*, using the software Alceste. The discourse analysis showed different meanings assigned to cannabis, but it is still associated with the poorest strata of society.

KEYWORDS: *Cannabis*. Marijuana. Social Representations. Media. Prejudice.

INTRODUÇÃO

Entende-se por droga qualquer substância que altera várias funções do organismo: percepção, conduta, motricidade etc. Mas, cujos efeitos, consequências e funções estão condicionados às definições sociais, econômicas e culturais do grupo que consome a droga (ECHEVERRÍA, 2004). Azevedo (2000) define psicoativo como “Substâncias que ao entrarem em contato com o organismo, sob diversas vias de administração, atuam no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração” e considera sinônimo de droga.

A compreensão acerca das drogas variou ao longo da história da humanidade (SANTOS et al., 2012). Tendo em vista que a cultura e as práticas sociais tanto engendram como se alicerçam numa teia de significados compartilhada pelas pessoas (BERGER & LUCKMAN, 2004), é possível dizer que os significados acerca das drogas tanto contribuem para fundamentar seus contextos de uso, como justificam o seu

uso nesses espaços sociais.

As representações sociais (MOSCOVICI, 1961) cumprem um papel importante na construção de senso comum sobre diferentes objetos sociais. Por outro lado, os sentidos variam no tempo e, também, se transformam mediante suas condições sociais de produção.

A maconha (*Cannabis sp*) é uma das substâncias psicoativas mais antigas e amplamente usadas pela humanidade (DOCE & SAEZ, 2006; SAAD, 2010). As evidências mais antigas do seu uso datam aproximadamente de 12.000 a.C. quando houve a domesticação da espécie *Cannabis sativa* (SAAD, 2010). Suas fibras eram usadas para a fabricação têxtil há 10.000 anos (SAAD, 2010), e usada como medicamento para diferentes enfermidades na China, por exemplo, desde o século XXVIII a.C. (SAAD, 2010).

Os primeiros registros da *Cannabis* no Ocidente aparecem na cultura grega, em que era usada em uma bebida feita com várias ervas, com finalidade recreativa e hedonística, sendo, inclusive, associada ao vinho (REMINI, 1983), e também para fins têxteis e medicinais (REMINI, 1983; DOCE & SAEZ, 2006). Apesar do uso amplo e disse-

minado da planta em todos os continentes, a partir do século XIV o uso foi sendo progressivamente demonizado e proibido por lei. (ESCOHOTADO, 2008; HERENCIA, 2012)

As primeiras associações explícitas da maconha ao universo simbólico do mal, e suas proibições legais, datam da Idade Média Europeia. Entre as proibições mais antigas está a sua interdição no Egito, entre 1378 e 1393 (HERENCIA, 2012). Nesse mesmo período a Igreja Católica buscou controlar as práticas curativas, limitando-as a um pequeno número de terapêuticas permitidas. Em 1484, por exemplo, o papa Inocente VIII declarou que o uso de *Cannabis* em unguentos e preparações estava incluído no sacramento da missa satânica (HERER, 1993), persistindo até a atualidade a ideia da maconha como uma planta associada ao universo simbólico do mal, e em oposição às práticas e moral cristã.

Por outro lado, a proibição e a demonização, também, coexistiram com o cultivo, e a pesquisa para fins industriais, a qual, por meio da produção do linho-cânhamo, foi um dos motores das grandes navegações e da economia mundial nesse momento (VIDAL, 2008; SAAD, 2010, 2011).

Essa importância econômica do cânhamo em nível mundial se revela, por exemplo, no incentivo a seu cultivo nas colônias portuguesas e espanholas, que inicia no Chile a partir de 1545 (HERENCIA, 2012). No Brasil, o primeiro registro da presença da *Cannabis* vem de um decreto editado em 1783, pelo vice-rei Marquês de Lavradio, que fundou a Real Feitoria do Linho Cânhamo no município de Canguçu (atual município de Pelotas, no Rio Grande do Sul) (SAAD, 2010, 2011), com o objetivo de abastecer a demanda do império e exportar para outros países europeus.

Alguns pesquisadores consideram que a planta teria vindo para o Brasil com os escravos africanos (Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958; CNFE, 1959; VIDAL, 2008; SAAD, 2010) os quais efetivamente a usavam para o lazer, também para o trabalho braçal, na medicina popular e em cultos religiosos afro-brasileiros. De um modo geral essa hipótese se justifica por meio de argumentos históricos e linguísticos, tendo em vista o hábito da população negra de usar a planta em diferentes contextos: no trabalho, na medicina popular, no lazer e na religião. Até a metade do século XX,

a *Cannabis* era conhecida no Brasil como Liamba, Diamba, Riamba, Fumo de Angola, Pito de Pango e Maconha, entre outras designações que remetem à cultura africana (VIDAL, 2008).

A hipótese da origem africana do maconhismo brasileiro foi defendida inicialmente pelo médico Rodrigues Doria, em 1915, que então contestou a ideia prevalente no senso comum e nos dicionários da época, de que a maconha seria tipicamente americana (DORIA, 1915/1958; CNFE, 1959). A ideia da origem africana foi corroborada por vários autores como Barbosa, Iglesias, Botelho & Pernambuco, Pereira e Péres em um compêndio publicado pelo Ministério da Saúde sobre a planta na década de 50, os quais não citaram qualquer outra fonte a respeito, a não ser o artigo de Doria (BARBOSA, 1958; BOTELHO & PERNAMBUCO, 1958; PEREIRA, 1958; PÉRES, 1958; IGÉSIAS, 1986; CAVALCANTI, 1998).

Com efeito, a defesa e a prevalência da compreensão de uma origem africana para a maconha brasileira e seus usos (hedonístico, medicinal, religioso) contribuíram em grande medida para a constituição dos preconceitos relativos à planta, tendo

em vista sua associação a outros preconceitos já existentes em relação à cultura negra (ADIALA, 1986).

Nesse contexto de pesquisas médicas desfavoráveis, do início das proibições jurídicas em nível mundial e de uma associação da planta aos negros, paulatinamente, a maconha foi sendo percebida como uma substância deletéria e perigosa para a saúde do corpo, da mente e da sociedade. Entre outras expressões pejorativas que expressam essa compreensão está aquela cunhada pelo médico Rodrigues Doria (1958), que considera a *Cannabis* o “ópio dos pobres”. (BUCHER, 1992)

Com a ampliação da mídia impressa no Brasil, a partir da década de 1950, os jornais passaram a cumprir um papel importante na constituição e difusão do preconceito acerca da maconha e seus usuários. Nesse processo, entendido como parte importante da dinâmica dialética mais ampla de constituição social de significados (BERGER & LUCKMAN, 2004) na sociedade brasileira, o preconceito à maconha se constituiu e se transformou. Se formou, inicialmente, por meio da associação da planta às populações negras e por meio de



um discurso médico-científico, que questionava as propriedades terapêuticas milenares da *Cannabis*, bem como a considerava deletéria para a saúde pessoal e coletiva. Mais tarde, por meio da interação social das pessoas e da difusão de novos conteúdos sobre a planta, especialmente pela mídia, esse preconceito foi ganhando novas dimensões, imagens e argumentos, a partir da correlação da planta a outros objetos de interesse social, de um modo geral, também imbuídos de conotações negativas. Entre eles: o crime; a favela; a violência; e diferentes populações marginalizadas na sociedade.

A importância da mídia na formação das Representações Sociais (RS) é ressaltada por diversos autores (CAVALCANTI, 1998; GALVÃO, 2009; COENGA-OLIVEIRA, 2011), entre os quais Moscovici, que em seu estudo seminal das RS sobre a psicanálise (MOSCOVICI, 1961) analisou o papel da imprensa na incorporação da psicanálise ao senso comum por meio das RS.

Tendo em vista o papel fundante que as representações sociais cumprem no pensamento social (MOSCOVICI, 1961), e a mídia como um veículo privilegiado no pro-

cesso de constituição social de significados, este artigo tem como objetivo analisar brevemente como se constituiu o preconceito acerca da maconha e seus usuários no Brasil, por meio da análise do discurso veiculado no jornal Folha de São Paulo entre os anos de 1960 a 2012. Nesse sentido, busca trazer uma compreensão de aspectos importantes da construção social da maconha na sociedade brasileira ao longo do século XX.

Adotou-se como marco teórico a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1961; SÁ, 1995; GALVÃO, 2009; COENGA-OLIVEIRA, 2011), o conceito psicossocial de atitude, o qual compreende estereótipo, preconceito e discriminação (LIMA, 2011), além de apoiar-se nos conceitos de cultura, conforme desenvolvido por Geertz (1978) e de constituição social de significados segundo proposta de Berger & Luckman (2004).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MACONHA

A percepção do ambiente social, com toda a sua complexidade, só é possível pela sua simplificação. Nesse sentido, classificamos as pessoas em categorias, de modo a definir e separar diferenças físicas e sociais, e identificar os indivíduos como pertencentes ao endo (próprio) ou ao exogrupo (alheio) (COENGA-OLIVEIRA, 2011). A categorização não só cria os grupos, mas orienta a relação entre eles (GALVÃO, 2009). Essa mesma categorização sustenta as representações sociais e a atitude em relação aos grupos.

Conforme Moscovici (1961/1978, citado por GALVÃO, 2009), uma representação social é um corpo de conhecimentos e, também, uma atividade psíquica, pela qual os homens tornam inteligível a realidade física e social. Constitui a realidade de um grupo sobre determinado objeto socialmente relevante (e.g. a maconha), a qual orienta e justifica comportamentos do mesmo grupo e dos indivíduos que a compõem (GALVÃO, 2009). O termo Representações Sociais denomina não só esse conhecimento,

mas também a corrente teórica que estuda esse mesmo fenômeno (SÁ, 1995).

A atitude se compõe de um elemento cognitivo (estereótipo), um afetivo (preconceito) e um comportamental (discriminação) (COENGA-OLIVEIRA, 2011). Estereótipos são generalizações sobre um grupo, que, naturalmente, tendem ao favoritismo do endogrupo (COENGA-OLIVEIRA, 2011). Criado o estereótipo, é possível o preconceito, ou seja, uma atitude hostil em relação a uma pessoa ou grupo, com base nas características negativas atribuídas ao grupo (COENGA-OLIVEIRA, 2011; LIMA, 2011). Ainda, o preconceito é definido antes de um exame ponderado (pré-conceito) e mantido, mesmo quando as evidências o invalidam (LIMA, 2011).

Como o estereótipo implica a atribuição de características indesejáveis a um grupo e seus membros, a categorização de uma pessoa dentro desse grupo leva a um julgamento desfavorável desse indivíduo por causa dessas características inadequadas de que é presumivelmente dotado (LIMA, 2011). Por fim, a discriminação é o comportamento aversivo sustentado pelo preconceito (COENGA-OLIVEIRA, 2011).

Desse modo, a sociedade criou atitudes em relação aos usuários de drogas, que se relacionam com a maneira como essa sociedade encara as próprias drogas, e que se constrói e se modifica com o tempo.

Até o século XIX predominava a concepção de droga como uma substância que poderia trazer benefícios ou riscos, a depender da quantidade administrada e da intenção de quem administra. Nessa mesma época, em meio à Revolução Industrial, o álcool e o ópio passam a ser associados à improdutividade no trabalho e à imoralidade. Esses conceitos empíricos levaram médicos a estudarem o uso de álcool, levando-os a considerarem esse hábito como uma doença. Além disso, o mal que a bebida causa ao usuário deixa de ser visto como consequência da maneira de uso, e passa a ser considerado uma malignidade inerente à substância (TRAD, 2010).

O fim do século XIX já se caracterizou pela associação entre drogas e crime. Mais do que isso, substâncias como o álcool foram apontadas como a causa da violência e da pobreza, levando a *New York Association for Improving the Condition of the Poor* a comunicar que “a maioria dos pobres da

cidade e do Estado assim o são por indolência ou por intemperança no uso de bebidas alcoólicas ou por outros vícios” (ADIALA, 2006).

No início do século XX, no Brasil, ocorre um intenso processo de urbanização e o êxodo de populações de ex-escravos, mestiços e indígenas para as cidades. Tais grupos passam a ser vistos como fonte de problemas sociais e sanitários (VIDAL, 2008). Os hábitos dessas pessoas tornam-se objeto de estudo. O controle das instituições e autoridades médicas e sanitárias, inclusive com a criação da Inspeção de Entorpecentes, Tóxicos e Mistificações, responsável pela repressão às práticas religiosas de origem africana, afro-brasileira e afro-indígena, e também à maconha (VIDAL, 2008). Em 1938, durante o regime do Estado Novo, é criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), que reuniu todos os esforços antidrogas numa só agência:

A Cannabis e seus usuários entraram nesse processo como o elo simbólico de caráter nacional que faltava para a unificação das iniciativas de combate às drogas. Como

planta psicoativa de uso bastante difundido em todo território brasileiro, a maconha se transforma no estandarte unificador dessas iniciativas, servindo como justificativa para a promoção das “medidas enérgicas de profilaxia” recomendadas pelos ‘especialistas’. (Vidal, 2008)

Adiala (1986), chama esse movimento de “eleição da maconha como o entorpecente nacional por excelência”. Para justificar o poder coercitivo e punitivo exemplar sobre o usuário de maconha, tal comissão se valeu do mito da origem africana da *Cannabis* brasileira, ou seja, da validação da hipótese de que a planta, e seus usos associados, teriam sido trazidos unicamente pelos africanos (ADIALA, 1986; VIDAL, 2008).

O CNFE publica em 1951 um compêndio de estudos brasileiros sobre a maconha, em 1958 publica uma segunda edição revista e atualizada e, em 59, uma revisão bibliográfica de toda a literatura científica brasileira até então sobre a *Cannabis* (VIDAL, 2008). Consta nessas publicações o artigo paradigmático de Rodrigues Doria “Os fumadores de maconha: efeitos e ma-

les do vício”, cujo tema principal é a origem africana da maconha brasileira (DORIA, 1915/1958). Aparecem também na coletânea trabalhos de Oscar Barbosa, Francisco Iglesias, Adauto Botelho & Pedro Pernambuco, Leonardo Pereira e Heitor Péres que reafirmam a origem africana da *Cannabis*, mas sem citar outra referência além do referido artigo de Doria (Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958; CAVALCANTI, 1998). Além disso, esses autores também defendem a repressão e criminalização dos usuários e elogiam o trabalho da polícia e da CNFE.

Dessa maneira o que se observou durante os dois últimos séculos foi a constituição e a transformação sócio-histórica do preconceito contra a maconha e seus usuários.

MÍDIA

A mídia contribui para a transformação e circulação de bens simbólicos na sociedade, nesse sentido, ela não só veicula, mas também cria Representações Sociais (SOUZA & OLIVEIRA, 2008). A transmissão das RS pela mídia se dá por três sistemas de

comunicação: a difusão, que cria interesse pelo assunto; a propagação, que seleciona os conteúdos do assunto de acordo com os valores do grupo; a propaganda, que contrapõe o assunto novo aos pressupostos considerados verdadeiros pelo grupo (GALVÃO, 2009).

A Folha de S. Paulo se intitula “O jornal mais influente do Brasil” (Folha de S. Paulo, 2014a), sendo o diário de circulação nacional mais vendido no país. Configura-se portanto, num importante formador de opinião em escala nacional. Alexandre define comunicação de massa da seguinte maneira:

A comunicação de massa é dirigida a um grande público (heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, a partir de uma fonte organizada, geralmente uma grande empresa (ampla e complexa), com muitos profissionais e aparelhagem técnica, extensa divisão de trabalho e correspondente grau de despesas. (ALEXANDRE, 2011)

Sendo assim a Folha pode ser considerada um meio de comunicação de massa

(MCM), o qual possui uma audiência anônima, embora o discurso do veículo seja destinado a um determinado grupo. Os MCM criam uma cultura de massa, ou seja, as próprias representações sociais (ALEXANDRE, 2001).

Dentro dessa abordagem, buscamos, neste trabalho, estudar as representações sociais sobre a maconha, com o objetivo de analisar como essa droga foi investida de preconceito no Brasil. Para tanto, analisamos os textos veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo que mencionam a palavra maconha.

METODOLOGIA

Inicialmente foi feita ampla revisão bibliográfica sobre a história da *Cannabis* no mundo e no Brasil, os aspectos sócio-históricos, culturais e jurídicos associados à planta, o processo de criminalização de psicoativos no Brasil e no mundo ao longo do século XX. Foram revisadas também pesquisas qualitativas e quantitativas já realizadas sobre psicoativos e *Cannabis*, por meio das representações sociais presentes na mídia. Com essas informações, foi cons-

truída uma linha do tempo com marcos históricos relativos à maconha, seus usos e suas proibições. Em seguida, foi elaborado um quadro teórico com os conceitos de RS, cultura, construção social de significado, e um levantamento etimológico das palavras cânhamo, banguê, pango, diamba e maconha. Esse estudo preliminar serviu de aporte teórico para a realização da presente pesquisa. A seguir, prosseguiu-se com a análise do processo de criminalização do consumo de psicoativos ao longo do século XX, por meio da leitura de textos científicos sobre esse processo, e de artigos de época.

Para a construção do *corpus* semântico foi feita uma busca no banco de dados da Folha de S. Paulo (Folha de S. Paulo, 2014b) com a chave de busca “maconha”. De um total de 12.225 matérias, foi selecionada uma amostra de 6,84%. A amostra foi construída selecionando-se as matérias com a palavra-chave em anos, meses e dias alternados. Por exemplo, no ano de 1960 foram recolhidas 6,84% das matérias publicadas com a palavra-chave nos meses de março e setembro, sendo que a coleta em cada mês iniciou-se pela primeira reportagem publicada. Já em 1962, foram coleta-

das 6,84% das reportagens veiculadas nos meses abril e outubro, sendo que a coleta iniciou-se pela segunda matéria publicada em cada mês, e assim por diante. O *corpus* final é constituído de 837 matérias publicadas de março de 1960 a maio de 2012. Em seguida, as matérias coletadas foram digitalizadas (ou formatadas, quando as matérias já estavam disponíveis no formato eletrônico) para, em seguida, a íntegra do *corpus* semântico ser processada pelo *software* Alceste 2010. O Alceste processa dados textuais e calcula a co-ocorrência das palavras no texto com uma palavra-chave, no caso, maconha. As palavras são definidas como formas mínimas, sem flexão, por exemplo: a forma mínima *drog* corresponde à ocorrência das palavras droga, drogado, drogadição etc. A co-ocorrência da forma mínima com a palavra-chave é dada pelo índice qui quadrado (Q^2).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento realizado pelo Alceste indicou a presença de seis classes temáticas, divididas em três grandes eixos. O eixo 1,

composto pelas classes 1 e 5, reúne os discursos relacionados às abordagens científicas e médicas sobre a *Cannabis*, e às discussões das leis sobre a maconha. O eixo 2, composto pelas classes 3 e 6, reúne discursos relativos à cultura canábica, e o eixo 3, composto pelas classes 2 e 4, reúne os

discursos relacionados ao crime. A Figura 1 mostra como se compõem as classes.

Nessa imagem, o gráfico acima e à esquerda mostra a classificação hierárquica descendente das classes. As classes estão divididas em eixos e, mais acima, em ramos, mostrando a proximidade se-

mântica entre elas. Abaixo de cada classe está a porcentagem de UCEs (Unidade de Contexto Elementar, ou seja, cada um dos textos do jornal) dessa classe em relação ao total do *corpus*. O gráfico acima e à direita é uma análise alternativa à primeira, que pode retornar diferentes eixos, classes, termos e valores de co-ocorrência. No caso da presente pesquisa, as duas análises são idênticas, o que nos indica que há um alto grau de confiabilidade nesses resultados, e as relações de proximidade e distância entre os eixos, entre as classes e entre os termos são muito fortes.

As tabelas listam os principais termos significativos de cada classe em ordem decrescente de co-ocorrência. Na coluna da esquerda temos os termos na forma mínima, na coluna do meio o índice Q^2 e na coluna da direita o número de ocorrências desse termo na respectiva classe. Mais abaixo na tabela, temos a mesma representação para as variáveis que utilizamos na construção do *corpus*. As variáveis são *num (número da UCE), *ano (ano em que foi veiculada a matéria), *cad (os cadernos dentro do jornal) e *ass (assinatura; atribuímos o valor 0 para textos não assinados,

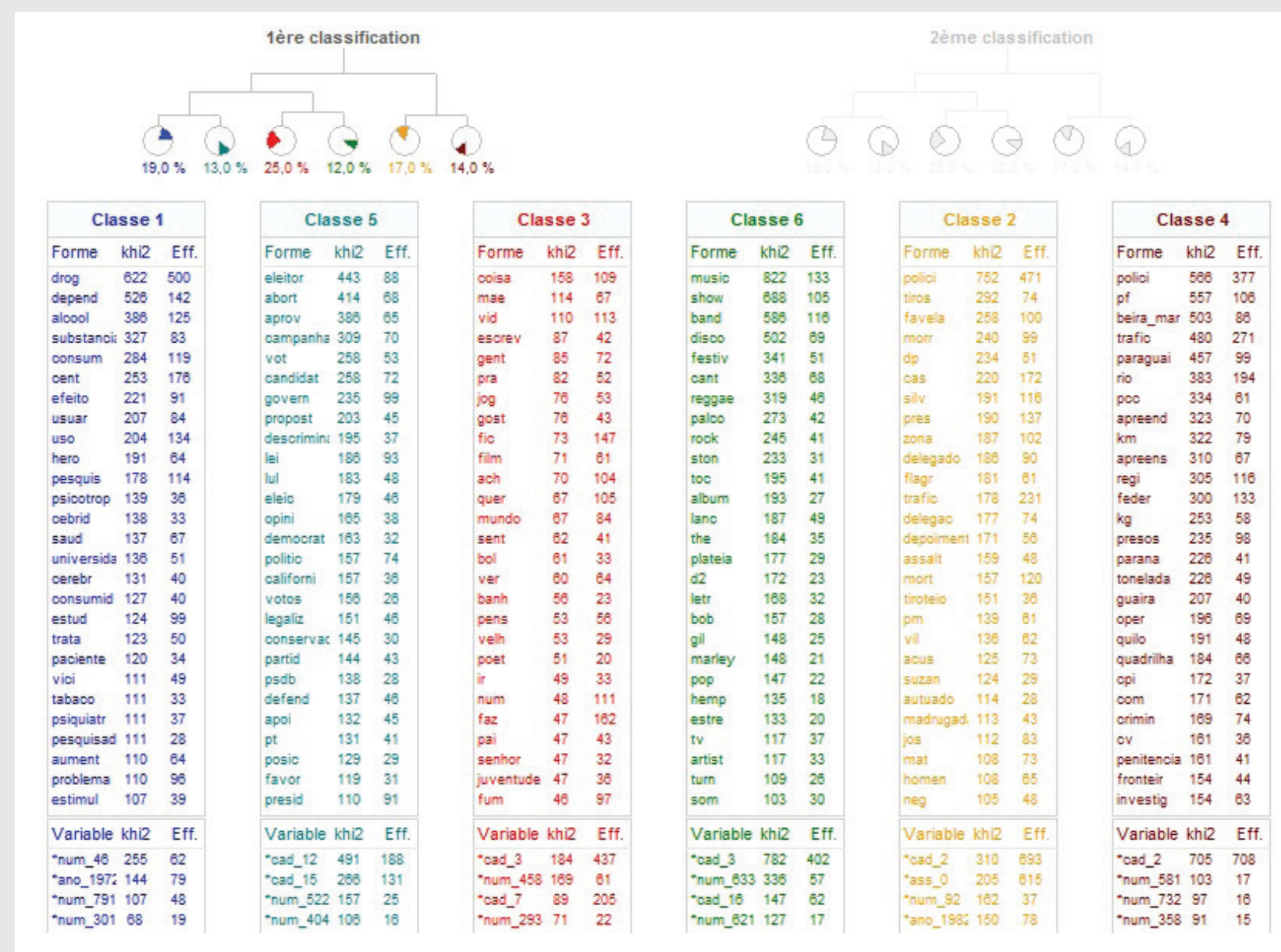


Figura 1 – Os três eixos divididos em seis classes. Fonte: Alceste

ou seja, notícias e 1 para textos assinados, ou seja, matérias, artigos, colunas de opinião e crônicas).

Os eixos 1 e 2 pertencem ao mesmo ramo, diferente do eixo 3. Isso mostra uma distância entre as representações presentes nos dois ramos. Como veremos adiante, é possível se falar em uma delimitação de raça e classe entre esses dois ramos diferentes de representações sociais sobre a maconha. A seguir, descrevo, sucintamente cada um dos eixos, para depois analisá-los. Ao listar os termos de uma classe, uso a forma mínima e, entre parênteses, algumas palavras correspondentes à forma mínima dentro da respectiva classe, sem a pretensão de exaurir todas as ocorrências dessa forma mínima. Quando necessário, apresento também o Q^2 correspondente após vírgula.

EIXO 1

A classe 1 trata a maconha como uma droga do ponto de vista médico-científico e no contexto de outras substâncias psicoativas, como álcool, tabaco e heroína. O discurso contido nessa classe foca-se nos aspectos

psicofarmacológicos da maconha, em geral ressaltando seus efeitos negativos sobre o usuário. Trata-se, portanto, de um discurso que se interessa pelo consumo de psicoativos como um problema de saúde pública.

Os principais termos significativos dessa classe são *drog* (droga, drogas, drogadição), $Q^2=622$; *depend* (dependente, dependência), $Q^2=562$, e *alcool* (álcool, alcoolismo), $Q^2=386$. Em geral, os termos listados são restritos ao jargão científico, como substância, consumo, efeito, pesquisa, psicotrópico etc.

A classe 5 compreende temas polêmicos sobre os quais a sociedade deve se posicionar. De modo geral, os enunciados se inscrevem em discursos de políticos, que, durante o período eleitoral são instigados a se posicionar sobre o tema, dentre outros temas polêmicos, tais como aborto, união homoafetiva, maioria penal, pena de morte. Exemplo: Nilmário disse ser a favor da união civil de homossexuais e da descriminalização do uso da maconha. Afirmou ser favorável ao aborto, mas defendeu que a rede pública de saúde trate mulheres que recorrem a serviços clandestinos. (uce n° 5930 $Q^2 = 38$ ano_2006, mhist_3, mjur_4,

mpol_3)

Os principais termos são *eleitor* (eleitoral, eleitores), $Q^2=443$; *abort* (aborto, abortou), $Q^2=414$, e *apro* (aprovação, aprova), $Q^2=386$. A relação do vocabulário dessa classe com as notícias do período eleitoral é bem evidente, compondo o restante da classe palavras como campanha, votar, candidato, eleições, PT, PSDB etc.

Essas classes se relacionam, na medida em que a abordagem científica e as opiniões de especialistas embasam a formação de opinião, tanto nos assuntos de saúde como nos de política.

EIXO 2

A classe 3 corresponde ao discurso do próprio usuário e é a maior classe do *corpus* analisado. De um modo geral, os textos não tratam diretamente do tema da droga ou da maconha, mas expressam um contexto cultural e ideológico: Resta a esperança de que nossos papais, Carter e Brezhnev, nos preparem uma saída de mundo igualmente rápida, mas que não será servida com kisuco. Será em chamas! Fica um

consolo: se vier não dará tempo de fazer especiais de TV do tipo holocausto. Tão vendo? Há sempre um lado bom das coisas. (uce n° 531 Khi2 = 31, ano_1978, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

Esses textos pertencem a gêneros literários e não jornalísticos, como a crônica, o conto e a resenha. Têm um estilo mais livre e um registro menos formal do que o restante dos textos. Os termos listados nessa classe têm um baixo índice de co-ocorrência com a palavra maconha, pois essa aparece apenas uma vez por texto, e não relacionada com o tema central, apenas fazendo parte de algum comentário. Além disso, o vocabulário dessa classe é muito diverso e, portanto, os valores estatísticos são mais diluídos.

O maior índice de co-ocorrência foi encontrado para a palavra coisa, o que mostra como o vocabulário dessa classe é disperso e também informal. A presença de termos como vid (vide, vidente, vida), escrev (escrevo, escrever, escreveu), film (filme, filmado), poet (poeta, poetisa), juventude, pai e mãe são exemplares para mostrar o conteúdo desses textos, que tratam de temas pessoais para o autor e, também, de produtos ar-

tísticos como filmes e livros.

A Classe 6 expressa as representações sobre a maconha relacionadas ao universo da música. A própria palavra music (músico, música, musical) é a que tem maior índice de co-ocorrência com maconha em todo o *corpus*. Essa classe é composta de resenhas e chamadas sobre shows ou livros, e, também, notícias e textos opinativos relativos a músicos que se identificam publicamente como usuários da erva, como Planet Hemp, Bob Marley, Gilberto Gil e Bob Dylan.

Essa classe se relaciona com a 3 por apresentar um discurso transmitido através dos meios culturais (música, literatura, cinema) e que não aborda a droga como um problema de saúde ou de segurança. Além disso, em ambas as classes, a variável mais presente foi *cad_3, ou seja, o caderno Cultura.

EIXO 3

A classe 2 foi denominada “Boletim de Ocorrência (BO)”, porque o texto jornalístico se apropria do estilo dos boletins policiais, informando crimes cotidianos e seus

autores. As matérias de referem a vários tipos de crimes, nem sempre havendo qualquer associação dos criminosos com o tráfico ou uso de drogas: Negão foi autuado em flagrante várias vezes por assaltos e dias depois solto. Os policiais culpam a justiça por isso. Mata até companheiros de crime e vive na Vila Progresso. Ele teria sido baleado em tiroteio com a polícia ou bandidos, mas até agora não procurou um pronto-socorro para se medicar. (uce n° 867 Khi2 = 45, ano_1982, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

Matador de V. Brasilândia é acusado de 8 homicídios. Nelson Ezequiel da Silva, 19 anos, o Nelsinho, é suspeito de matar sete ou oito pessoas, a maioria residente perto de sua casa, à rua Alfredo Lucio, 760, no bairro de Santa Teresinha, Vila Brasilândia, zona norte da cidade. ” (uce n° 863 Khi2 = 37, ano_1982, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

Os termos mais significativos da classe são polici (polícia, policial, policiais), $Q^2=752$; tiros, $Q^2=292$; favela (favela, favelados), $Q^2=258$; marr (morreram, morro), $Q^2=240$, e dp (Departamento de Polícia), $Q^2=234$. Esse vocabulário está relacionado com o combate ao tráfico de drogas dentro

das cidades, nas favelas. A maioria dessas notícias é de fatos ocorridos no colar metropolitano de São Paulo e interior do estado. Dentre os termos mais significativos da classe, encontra-se, também, nomes como Silva, José e Souza, mostrando como a população pobre é identificada nesse tipo de notícia. Segundo Oliveira & Almeida (no prelo), há nessas matérias uma objetivação do problema das drogas nessas pessoas; droga, usuário e traficante se igualam e são abordados a partir de uma perspectiva policial punitiva. Já a classe 4 expõe o grande narcotráfico. Os termos mais significativos da classe são polici (policiamento, Polícia Federal), Q²=566; pf (Polícia Federal), Q²=557; beira_mar (Fernandinho Beira-Mar, Q²=503, e trafic (tráfico, traficante, Q²=480). Diferentemente da classe 2, aparece aqui o tráfico internacional, com frequente menção a Paraguai e Bolívia, além das organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Essas duas últimas classes compõem o eixo policial-criminal, e reproduzem o mesmo discurso, de combate às drogas com enfoque policial e repressivo, mas em diferentes dimensões.

A relação entre essas duas classes é muito forte e o estilo dos textos é homogêneo. Em ambas a variável mais significativa é *cad_2, ou seja, o caderno policial. Além disso, o termo polici aparece em ambas, mesmo que em geral, não com as mesmas formas completas. No entanto, se fôssemos considerar todas essas ocorrências – além de outras variações, como PM e PF – como um único termo, ele apresentaria o maior Q² e o maior número de ocorrências.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MACONHA NA FOLHA DE S. PAULO AO LONGO DO TEMPO

A partir das décadas de 1960/70, as estratégias de prevenção ao uso de drogas tomam novas características (TRAD, 2010). É o período da Política de Segurança Nacional no Brasil e da Guerra às Drogas nos EUA (DAMASCENO, 2010). Também é quando a maconha chega às páginas da Folha de S. Paulo. O discurso antidrogas agora passa a criar dicotomias do tipo usuário/não usuário, droga lícita/droga ilícita, droga perigosa/droga inofensiva, uso médico/uso não

médico (TRAD, 2010). Nas notícias dessa época é comum a maconha ser associada a outros tipos de crimes: Maconha e crime continuam juntos [...] 60 por cento dos delinquentes da capital são viciados em maconha.” (uce n° 8, ano_1962, cad_1, ass_1, mhist_1, mjur_1, mpol_1).

Foi acusado por seus comparsas de ter fornecido maconha ao bando horas antes de sequestrarem a jovem [...] sob o efeito do entorpecente forçaram a moça a entrar no carro. (uce n° 14, ano_1964, cad_1, ass_0, mhist_1, mjur_1, mpol_2)

Muitas vezes também notícias sobre tráfico de maconha aparecem listadas numa mesma matéria com notícias de outros crimes não relacionados. Em 1968, há uma breve retrospectiva dos crimes hediondos no ano anterior, seguida de uma notícia mais recente sobre apreensão da erva (uce n° 23, ano_1968, cad_7, ass_1, mhist_1, mjur_1, mpol_2). A maconha também aparece nos jornais associada com outras drogas ilícitas:

“Numerosas pessoas [...] que herdaram um sistema nervoso desequilibrado, quando sofrem uma decepção ou um fracasso caem em profundo abatimento,

entregando-se com facilidade ao uso de drogas como a heroína, a maconha, os barbitúricos ou tranquilizantes.” (uce nº 12, ano_1964, cad_3, ass_0, mhist_1, mjur_1, mpol_2)

“A causa da alta quantidade de viciados estava nas chamadas drogas suaves, tais como a maconha e as pílulas estimulantes sumamente perigosas como trampo-lins para o uso de drogas muito mais fortes.” (uce nº 24, ano_1968, cad_3, ass_1, mhist_1, mjur_1, mpol_2)

Por outro lado, a contracultura e as reações a medidas abusivas usadas na repressão aos usuários (inclusive jovens brancos de classe média), geram uma nova representação da droga, como um fato social e associada a um estilo de vida (DAMASCENO, 2010; TRAD, 2010). Já o discurso médico e científico passa a ser bastante valorizado a partir da década de 1980, operando forças contraditórias. Quanto à prevenção, essa passa a focar atividades educativas, voltadas para escolares (pessoas que cursam Ensino Fundamental ou Médio) e baseadas em características biológicas do uso de drogas. Essas campanhas, no entanto, usam discurso pouco científico, e com

forte apelo emocional, destacando apenas os efeitos nocivos ao organismo (TRAD, 2010).

Na década de 1980 cresceu, entre segmentos formadores de opinião, uma “tendência liberalizante” acerca da questão da maconha e das drogas em geral (CAVALCANTI, 1998). Exemplos disso na Folha de São Paulo são os excertos abaixo, respectivamente, da socióloga Catarina Koltai e do psiquiatra Francisco Caldeira Filho:

“É preciso conhecer a questão com maior isenção, coloca-la em debate aberto, público, amplo, para que, de forma saudável, possamos compreendê-lo melhor. É preciso conhecer o que se passa no mundo, como governos diferentes enfrentam o fenômeno, para que não caiamos no fanatismo, na dureza, na incompreensão.” (uce nº 103, ano_1984, cad_3, ass_1, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

“Praticamente, existe um não pensar sobre o assunto. O conjunto de leis foi elaborado num momento em que não se verificava no nível de consumo atual. Os fatores agora mudaram e a legislação precisa ser mais explícita em relação a cada tipo de droga. Defendeu, também, a necessi-

dade de a lei anti-tóxico ser reformulada, como todo o sistema jurídico do país.” (uce nº 105, ano_1984, cad_1, ass_0, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

Seminários acadêmicos no Brasil da abertura debatem o tema; personalidades nacionais e internacionais se manifestam abertamente com relação ao consumo de maconha e a opiniões liberalizantes; cresce a opinião pública a respeito da descriminalização e da legalização; o mercado associado ao maconhismo (revistas, livros, filmes entre outros produtos) cresce e se diversifica (CAVALCANTI, 1998). Ao mesmo tempo, acirram-se também as respostas conservadoras a essas novas manifestações:

“Não conheço a lei 6.368, chamada dos tóxicos, mas, apoiado nessa legislação, o promotor da terceira vara criminal de Brasília indiciou três estudantes e um advogado por terem organizado um debate sobre a maconha. E ameaça enviar a polícia, invadindo a universidade, para impedir um novo debate sobre o mesmo assunto.” (uce nº 107, ano_1986, cad_2, ass_1, mhist_2, mjur_2, mpol_3)

Em 1980 começam as frequentes matérias sobre Fernando Gabeira, em que ele

explicita suas posições mais liberais a respeito das políticas de drogas.

“Fernando Gabeira, jornalista, exilado desde 70, voltou [em 1980] com a anistia provocando um repensar sobre a juventude brasileira. Nessa entrevista à Vera Saavedra Durão, Gabeira analisa o comportamento do jovem, defende-o da acusação de alienado e proclama a política de corpo como um dos temas que agitarão os próximos anos. ‘E em seguida’ em outros países já se dá no nível dos cantores populares, como Peter Tosh ou todos os cantores da Jamaica, o movimento negro da Jamaica [...] não era só um movimento musical. Era um movimento musical, com uma perspectiva diferente a respeito de uma droga, que é uma droga leve, e que é importante para a felicidade das pessoas.” (uce nº 73, ano_1980, cad_7, ass_1, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

No mesmo ano é noticiada a prisão do músico Paul McCartney, por entrar no Japão com maconha. Além das matérias sobre famosos flagrados com drogas, ficaram comuns na década de 1980 textos literários (crônicas e contos, veiculados no jornal) fazendo referência à maconha. No texto literário a erva não aparece com qual-

quer relação ao crime, mas como objeto do cotidiano ou ligado a certos estilos de vida.

“Tô sacando, maconha é proibido, território nacional inteirinho, só que os artistas de televisão falam e gesticulam como maconheiro.” (uce nº 81, ano_1980, cad_3, ass_1, mhist_2, mjur_2, mpol_2)

Continuam frequentes no período as notícias de tráfico, mas em proporções muito maiores. Durante a década de 1990, mantém-se a grande quantidade de notícias sobre tráfico, em especial o grande narcotráfico. Inclusive noticia-se a guerra entre polícias e traficantes:

“Dois policiais ficaram feridos e quatro homens morreram na madrugada de ontem depois de uma troca de tiros.” (uce nº 151, ano_1990, cad_2, ass_0, mhist_3, mjur_3, mpol_3)

“A polícia encontrou na manhã de ontem no bairro coroa do meio, em Aracaju (SE), o corpo de outro menor acusado de envolvimento com a chamada guerra da maconha.” (uce nº 152, ano_1990, cad_2, ass_0, mhist_3, mjur_3, mpol_3)

Por outro lado, registra-se também prisões por posse de pequena quantidade de maconha:

“Foi preso em flagrante com 1,6 gramas de maconha.” (uce nº 157, ano_1992, cad_9, ass_0, mhist_3, mjur_3, mpol_3)

“Ele estava portando cerca de dez gramas de maconha e foi preso em flagrante.” (uce nº 171, ano_1992, cad_0, ass_0, mhist_3, mjur_3, mpol_3)

Na década de 1990 ocorre um aumento substancial no número de matérias veiculadas na Folha de S. Paulo sobre a maconha. De um total de 837 matérias no nosso corpus de análise, 138 são das décadas de 1960 a 1980, 206 da década de 1990, e 475 da década de 2000. Mais da metade (58,9% = 493 matérias) foi publicada no século atual. De maneira geral, as representações sobre a maconha expostas nesse veículo jornalístico no século XXI não diferem muito daquelas observadas na década de 1990, apenas o número de matérias é que tem crescido. Crescem também as cifras de apreensões de drogas; até a década de 80 elas se dão na escala de gramas, na década de 90 predomina o quilo e, de 2000 em diante, a tonelada. Vão aparecendo cada vez mais notícias sobre o narcotráfico nacional e internacional e também opiniões favoráveis à descriminalização da maconha,

relatos de famosos (na política e nas artes, em especial) que já fumaram, e referências a estudiosos do tema das drogas. Além disso, na década de 2000 noticia-se novas leis de drogas no mundo, como as que regulam o uso medicinal de Cannabis em alguns estados norte-americanos, a que descriminaliza o usuário de drogas na Califórnia, e até a liberação do cultivo de maconha para consumo próprio em algumas cidades naquele país.

Outro fenômeno da década passada foi a banda Planet Hemp, dentre outras que falam explicitamente sobre a erva nas letras e nos shows. Acima de tudo, o período atual (a partir de 2000) se caracteriza, na Folha de S. Paulo, por uma maior abertura para se falar sobre maconha e inclusive para se expressar opiniões diversas, como a defesa de uma nova política de drogas. Alguns colunistas chegam a dizer que o movimento liberalizante que acontece em outros países só depende do tempo para se dar também no Brasil; um colunista afirma:

“A maconha não virou norma, mas está deixando de ser desvio. A aceitação está induzindo ao abrandamento da legislação no mundo civilizado.” (uce n° 391,

ano_2000, cad_2, ass_1, mhist_3, mjur_3, mpol_3)

CONCLUSÃO

A atribuição de preconceito é um processo dinâmico e complexo que começa com o estabelecimento de um grupo padrão (próprio ou endogrupo) e um externo (o “outro”, exogrupo). O preconceito contra a maconha, no Brasil, foi construído a partir da definição dos grupos: o brasileiro branco europeizado como padrão, e o africano negro escravizado como outro. O segmento médico brasileiro, de 1915 até a década de 70, se esforçou em associar estereótipos atribuídos ao negro com a maconha, argumentando que a planta teria sido trazida por esses da África.

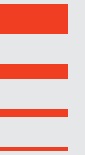
A associação Cannabis-negro, no entanto, caiu em desuso, à medida que o racismo declarado passou a ser condenado em nosso país, e que o uso de maconha passou a se difundir grandemente entre as classes mais altas da sociedade. O uso de Cannabis passou a ser comum a todas as classes e cores e, além disso, com a contra-

cultura – especialmente a partir da década de 1970 – essa droga passou a caracterizar também o jovem contestador, como um símbolo de liberdade e como alternativa a uma sociedade que a juventude rejeita. A discussão acerca da maconha, então, passou a ser mais presente na vida da classe média e nos meios de comunicação de massa, o que obriga todos a se posicionarem, aparecendo aí novos discursos.

Na análise do jornal Folha de São Paulo, pôde-se identificar diferentes significados atribuídos à Cannabis, por diferentes atores sociais: o discurso policial, que trata a maconha apenas como um produto ilegal que deve ser combatido; o discurso da ciência médica, que se interessa pelos efeitos da droga, especialmente os negativos, tratando a maconha como um problema de saúde e o usuário como um doente; o discurso político, que cita a maconha dentre temas polêmicos, que periodicamente entram em pauta, e o discurso dos artistas e intelectuais, que consideram a maconha uma escolha de estilo de vida.

No entanto, o tradicional discurso meramente criminal sobre a maconha aparece em determinados contextos e aliena-

do de outros discursos vários no mesmo jornal. Parece haver mais de um objeto social representados na palavra maconha, sendo que há um recorte de classe e de raça muito nítido entre eles. As representações associadas ao negro e à periferia não aparecem de forma algum nos discursos liberalizantes ou polemizantes sobre a maconha. A relação da maconha com a favela e com o crime, não está presente nas discussões políticas, médicas ou culturais, está restrita ao caderno policial. O racismo, que fez parte processo de estigmatização da Cannabis, não se expressa de maneira explícita nas matérias analisadas, mas está presente no estereótipo de favela, e na maneira como os maconheiros ou traficantes pobres são retratados no caderno policial.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIALA, Julio Cesar. *O Problema da Maconha no Brasil: Ensaio sobre Racismo e Drogas*. Rio de Janeiro: Série Estudos, 1986.

ADIALA, Julio Cesar. *A Criminalização dos Entorpecentes*. Edição Independente, 2006.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 2001. p. 111-125.

ALVES, Ygor Diego Delgado. *Um vício deselegante: O preconceito racial e a transformação da maconha em problema público no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

AZEVEDO, Renata Cruz Soares de Azevedo. *Usuários de cocaína e AIDS: um estudo sobre comportamento do risco*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES. *Cannabis Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1959.

BARBOSA, Oscar. O vício da diamba. In: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. *Maconha - Coletânea de trabalhos brasileiros*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOTELHO, Adauto; PERNAMBUCO, Pedro. Vício da diamba. In: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. *Maconha - Coletânea de trabalhos brasileiros*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.

BUCHER, Richard. A Maconha na sociedade brasileira, ontem e hoje. In: BUCHER, R. *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAVALCANTI, Bruno César. *Danças e bandeiras: um estudo do maconhismo popular no Nordeste Brasileiro*. Dissertação de Mestrado,

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 1998.

COENGA-OLIVEIRA Danielle. *“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo!” A Homofobia e a produção e regulação do sexo/gênero*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, 2011.

DAMASCENO, Ana Paula Pinto. As representações sociais do usuário de maconha sob a política da segurança nacional nas décadas de 60/70. *Univ. JUS*, Brasília, 20, 2010. p. 1-85.

DOCE, Elisa Guerra; SAEZ, José Antonio Lopez. El registro arqueobotánico de plantas psicoactivas en la prehistoria de la Península Ibérica. *Complutum*, 17, 2006. p. 7-24.

DORIA, Rodrigues. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. *Maconha - Coletânea de trabalhos brasileiros*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958. (Original publicado em 1915)

ECHEVERRÍA, A. *Representaciones sociales de las drogas de jóvenes urbano populares en proceso de rehabilitación en comunidad terapéutica*. Monografía, Escuela de Ciencias Sociales, Carrera de Psicología, Universidad de Chile, 2004.

ESCOHOTADO, A. (2008). *Historia General de las Drogas*. Madrid. Em: <http://www.escohotado.com/historiageneralde lasdrogas.asp> Acesso em: 9 de julho de 2013.

FOLHA DE S. PAULO. (2014). Institucional., em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml Acesso em: 5 de fevereiro de 2014.

FOLHA DE S. PAULO. (2014). Acervo. Em: <http://acervo.folha.com.br/> Acesso em: 5 de fevereiro de 2014.

GALVÃO, A. C. *Os Muros (In)Visíveis do Preconceito: Um estudo das Representações Sociais das Pessoas que vivem com HIV/aids*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, 2009.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HERENCIA, Carlos Antonio Ballesteros. *Los marcos informativos del cannabis en la prensa española: aplicación de las teorías del “framing” y de la “agenda-setting”*. Tese de Doutorado, Universidad Complutense De Madrid, Facultad De Ciencias De La Información, 2012.

HERER, Jack. *The emperor wears no clothes*. California: Hemp publishing, 1993.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. Sobre o vício da diamba. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha*. Sao Paulo: Ground, 1986.

LIMA, Marcus Eugenio Oliveira. Preconceito. In: TORRES, Ana Raquel Rosas; CAMINO, Leoncio; LIMA, Marcus Eugenio Oliveria; PEREIRA, Marcos Emanuel (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 451-500). Brasília: Technopolitik, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF, 1961.

OLIVEIRA, Isabela Lara; ALMEIDA, Angela Maria. (no prelo). A construção social da maconha. *Psicologia & Sociedade*.

PEREIRA, Leonardo. O canhamo ou diamba e seu poder intoxicante. In: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. *Maconha - Coletânea de trabalhos brasileiros*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.

PÉRES, H. Diambismo. In: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. *Maconha - Coletânea de trabalhos brasileiros*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.

REMINI, E. *O barato da história: Ensaio Etnobotânico Sobre a Cannabis*. São Paulo: Escrita, 1989.

SÁ, Celso. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAAD, Luísa Gonçalves. Medicina Legal: o discurso médico, a proibição da maconha e a criminalização do negro. *Revista da ABPN*, 1(2), 2010. p. 103-111.

SAAD, Luísa Gonçalves. O discurso da Medicina na proibição da maconha: preocupações acerca da composição racial na formação de uma República exemplar. In: Associação Brasileira de História (org.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

SANTOS, Maria de Fátima Souza; ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SOUSA, Yuri Sá Oliveira. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 2012. p. 379-386.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. (2008). Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de Salvador. *Revista Baiana de Enfermagem*, 22/23(1, 2, 3), 2008. p. 145-156.

TRAD, Sergio. *A trajectória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais*. Tese de Doutorado, Programa de doctorat d'Antropologia de la Medicina, Universitat Rovira i Virgili, 2010.

VIDAL, Sergio. (2008). Da diamba à maconha: usos e abusos da cannabis sativa e da sua proibição no Brasil. *Boletim Eletrônico BDV*. Em: http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=304, Acesso em: 13 de abril de 2012.

YOUNG, Francis. Opinion and recommended ruling, findings of fact, conclusions of law and decision of administrative law judge. *The Matter of Marijuana Rescheduling Petition*, Docket No. 86-22, pp. 58-59. Administrative Law Court of the Drug Enforcement Administration, 1988.